PROJETO DE INDICAÇÃO Nº /

Considerando que o Exército, Aeronáutica e Marinha formam as Forças Armadas do Brasil. Juntas, elas são responsáveis por assegurar a integridade do território nacional, defender os interesses e os recursos naturais, industriais e tecnológicos brasileiros, proteger os cidadãos e os bens do País; e garantir a soberania da nação,

Considerando que também é missão das Forças Armadas a garantia dos Poderes constitucionais constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) e, por iniciativa destes, atuar na garantia da lei e da ordem para preservar o exercício da soberania do Estado e a indissolubilidade da Federação,

Considerando que aqueles que servem às Forças Armadas, quando do cumprimento do tempo, eles saem sem vínculo algum, e têm dificuldade de se inserir no mercado de trabalho,

Considerando que, a exemplo, a Marinha do Brasil (MB) abriu processo seletivo para **o Serviço Militar Voluntário (SMV)** de **Oficiais temporários.** Para os aprovados, o vínculo entre a instituição e os futuros militares será renovado anualmente, podendo chegar a **oito anos**, sem direito a estabilidade,[1] o que nos faz indagar o que farão esses profissionais após o decurso de 08 anos? É clarividente que são necessárias políticas públicas que reconheça que essa atividade voluntária foi importante e que terão incentivos por tal prática,

Considerando que a missão insculpida nas atribuições dos servidores que integram a Polícia Federal, consubstanciado na missão desse órgão, que é exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito, bem como, seus valores (coragem lealdade, legalidade, ética probidade, respeito aos direitos humanos), albergam explicitamente correlação com as ações que os atuantes temporários nas forças armadas desempenham, sendo razoável que os concursos públicos e/ou processos seletivos para a admissão de cargos na Polícia Federal contemplem como títulos o exercício nas Forças Armadas, sendo possível, portanto, tal política pública funcional,

Considerando que, da mesma forma, é possível também implementar a mesma política nos concursos públicos para a Polícia Rodoviária Federal, prevendo em concursos públicos e seleções de pessoal desses órgãos, que o tempo prestado às Formas armadas seja considerado em barema de provas de títulos,

1 Disponível em https://www.editorasanar.com.br/blog/concurso-marinha-20172018-edital-vagas-inscricao

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

Ao Exº Srº Presidente da República, que junto ao Ministério competente, proceda ao estudo de viabilidade para, nos concursos públicos de provas e títulos para a admissão de servidores ou seleções de pessoal para a Polícia Federal e para a Polícia Rodoviária Federal, que seja previsto no barema da prova de títulos o tempo prestado pelo candidato como voluntário das Forças Armadas Brasileiras.

Salvador, 10 de julho de 2018.

ROGÉRIA SANTOS